

# Depósitos consulares na Beira e Maputo: que é feito deles?

Gora Pena

**Q**UALQUER português, por menos informado que esteja, sabe que a sua Pátria foi vítima em 25 de Abril de 1974 de um acto revolucionário enfeitado de cravos vermelhos e que teve como consequência e, dentro do seu programa dos três d. d. d., a descolonização do Ultramar. Aconteceu, quando grupelhos de guerrilha já estrebuchavam lá nas terras portuguesas de África, especialmente, em Angola e Moçambique. Se alguma actuação ainda manifestavam, era apenas para justificar os subsídios em dinheiro e armas que recebiam da camarilha comunista internacional e, não só. Portugal quando estava no auge de um país ultramarino uno foi «demitido» pelos capitães de Abril e outros pseudopolíticos que se lhe juntaram. Os movimentos terroristas estavam vencidos mesmo, apesar da campanha de difamação dos impostores portugueses, dos vendilhões da pátria que, lá fora, moviam ódios contra ela. Grande parte, desertores do serviço militar mas, hoje, muitos deles sentados como deputados na Assembleia da República, manchando-a.

«A DESCOLONIZAÇÃO JÁ» foi o grito de guerra dado pelo dr. Mário Soares no momento em que regressava a Portugal do seu exílio que sempre foi dourado. Então as hienas, que durante anos, uivaram baixinho, cheirando o podre da traição, perpetraram a entrega

do Ultramar a Moscovo, desmembrando uma nação com séculos de história cristã cheia de valores humanos e evangélicos e outros feitos ilustres, país que deu «mundos ao mundo!» Chegámos ao Japão, à Califórnia, à Austrália; passámos o Cabo da Boa Esperança, chegámos à Índia! Hoje, com os ideólogos paridos pelo 25 de Abril, sofremos os piores vexames — Timor é um deles, — e, quanto às estatísticas somos sempre o último lugar no que é bom e o primeiro no que é mau...

**O**S três d. d. d. (descolonizar, democratizar, desenvolver) falharam retributivamente e um deles deixou as terras para além-mar, o nosso querido Ultramar, incendiadas numa guerra civil, apesar dos acordos de Alvor e de Lusaka com que os traidores se propuseram iludir os ultramarinos. A traição estava cozinhada. O alcoólico do Agostinho Neto, que já nada sabia de Angola e que era um homem às ordens da propaganda comunista, presidiu, mesmo sem eleições aos destinos de Angola e a Frelimo, encharcada e sedenta de sangue, aos de Moçambique. Portugal ficava assim, sem a grandeza do seu Ultramar mas, às bestas do 25 de Abril bastava a fama de um Entroncamento e dos pobres cacilheiros cheios de mazelas, que cruzam as margens do Tejo e que, em tempos atrás aquela data trágica, todo se empolava

de vaidade quando, pelas suas águas, entravam e saíam os nossos grandes transatlânticos, testemunho irrefutável do bem-estar económico de Portugal.

Durante o processo da descolonização, Portugal criou na Beira e Maputo Consulados que naturais e residentes supuseram terem, como único objectivo, a defesa dos interesses dos portugueses. Ameaçados de morte e de prisão pela Frelimo já na posse de Moçambique, decidiram neles depositar as economias acumuladas com tanto sacrifício, já que os outros bens tinham que ficar abandonados. Nesses depósitos tais Consulados, usurariamente, conseguiram embolsar 88 mil contos com a cobrança de uma taxa que se não limitou aos 4 por cento mas subiu a 5,2 por cento.

Segundo declarações do dr. Durão Barroso, Sec.º de Estado do MNE e da Cooperação, quando interpelado na Assembleia da República pelo deputado do CDS, dr. Narana Coissoró, estariam em Março de 1988 depositados no Consulado de Portugal no Maputo 510 593 233\$00 e, até Junho de 1985 no da Beira 947 145 938\$00. Estes depósitos, quase na totalidade de 1 milhão e meio de contos portugueses, têm sido um dos assuntos do contencioso entre a Rep. Pop. de Moçambique e Portugal porque os sucessivos governos de Portugal não têm querido

tratá-lo com a frontalidade devida no receio de serem deterioradas as relações entre os dois estados, mesmo que com isso se prejudiquem interesses de portugueses. Mas, se se invertessem as posições, Machel ou Chissano já haviam cobrado a Portugal até o último tostão!

Bem sabe o Estado Português que ao receber aqueles depósitos em moeda ainda, então, plenamente integrada no nosso sistema monetário se obrigou, não só à luz da ética como do mais elementar direito natural, a acautelar esses valores e a entregá-los logo e, onde, pelos depositantes lhe fosse requerido. E, até, com os respectivos juros acrescidos.

**P**OR correspondência que lhes foi endereçada pelo Inst.º de Cooperação Económica em nome do dr. Durão Barroso os depositantes foram, com surpresa, informados que os seus depósitos haviam sido considerados «tipo cofre», portanto não vencendo juros, o que está em desacordo com o disposto nos art.º 1185 e 1187 do Código Civil Português como, ainda contradiz, flagrantemente, a própria prática consular adoptada neste caso. Os depositantes possuem documentos comprovativos de que muitos deles receberam nos primeiros anos notas de crédito relativas a juros. E dos registos do próprio MNE, em Lisboa, constam os saldos depositados, individualmente, com

os respectivos juros acrescidos.

A posição tão imprevisivelmente assumida pelo IPC, talvez tenha uma razão oculta no que há já tempos consta que grande parte do milhão e meio de contos depositados foi levantada por várias vezes, em períodos anteriores e utilizada em despesas várias do Estado Português, poupando assim divisas, nas despesas com cooperantes e com Cabora Bassa, cancro implacável que corroe a economia portuguesa. Ainda umas centenas de depositantes requereram ao MNE «que se dignasse informar em que bancos e números das respectivas contas se encontram em Moçambique os valores em causa». O MNE nunca respondeu e já lá vão passados 30 meses. Daqui se conclui o apreço que este Ministério tem pelos assuntos dos seus nacionais, especialmente estes, duplamente espoliados!

Quando recentemente inquirido na Suécia, sobre as imagens que a TV daquele país passou sobre a exploração do trabalho infantil em Portugal, o dr. Mário Soares respondeu «MAS NÓS TEMOS BOA CONSCIÊNCIA». Já sabíamos que sim quanto ao dr. Mário Soares. É possuído até de uma consciência de tal modo especial que lhe permite dormir, apesar de tudo, sem o auxílio de um comprimido sequer. Mas o que é lamentável é que o dr. Mário Soares, que já foi

1.º Ministro e agora é «Presidente de Todos os Portugueses» nunca a tivesse posto à prova neste vergonhoso caso dos depósitos consulares. Alguma vez oportunizou os meios para resolver o assunto? É tão afrontosa a hipocrisia que, quando esteve em Portugal Rudolf Wollner, vice-presidente da Confederação Europeia dos Espoliados, declarou indignado que «nem na tragédia do após guerra houve alguém na Alemanha a viver tão degradadamente como muitos retornados das ex-colónias viviam em Portugal».

**C**OMPETE ao presente Governo Português acabar com toda esta situação do «roubo» dos depósitos consulares que mais parece já matéria para julgar um carteirista. O Estado Português não pode nem deve ser olhado como um ladrão dos seus nacionais! E não alegue o Governo que não tem dinheiro porque gastará em breve 3 milhões de contos no projecto das TV para o mundo dos PALOP... precisamente, o dobro do dinheiro que os depositantes reclamam. E já lá vão 16 anos!

O Estado Português não pode continuar a desculpar-se, como o fez o dr. Durão Barroso com a invocação de circunstâncias excepcionais que, se foram vividas, é porque o Estado as desencadeou e não os que nele confiaram e foram traídos!